

8

IRFS – ÍNDICE DE RESPONSABILIDADE FISCAL, SOCIAL E DE GESTÃO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS – EDIÇÃO 2011

Em 2011 ainda sob os efeitos da crise econômica mundial o conjunto dos Municípios brasileiros teve uma **performance positiva em duas das três áreas analisadas pelo IRFS – Fiscal, Gestão e Social** – em relação ao ano de 2010, de acordo com estudo da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) voltado para calcular o Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão (IRFS). Nesta edição do IRFS, são apresentados os comparativos dos resultados entre 2002 e 2011 para que os gestores possam ter uma idéia não só da sua situação atual no *ranking* do índice, mas também sua evolução (ou retrocesso) ao longo dos anos.

O IRFS é decomposto em três subíndices – fiscal, gestão e social, cada um deles medindo a *performance* na área por meio de distintos indicadores. O índice fiscal, por exemplo, reflete a evolução dos indicadores relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como nível de endividamento e gasto com pessoal, enquanto os demais buscam mostrar o cumprimento de **outras responsabilidades** de uma prefeitura, que na avaliação da CNM e de inúmeros estudos científicos – passam por economizar recursos de manutenção da máquina administrativa e direcioná-los prioritariamente para investimentos em infra-estrutura, saúde e educação, além de atender bem e com qualidade a população local.

Na tabela 1, podemos verificar a evolução dos distintos indicadores que compuseram o cálculo do índice entre 2002 e 2011, do qual extraímos as seguintes conclusões:

Tabela 1

Brasil - Resultado Geral

Indicadores		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Fiscal	Endividamento/RCL	8,04%	8,70%	8,12%	3,76%	5,75%	3,29%	0,81%	3,32%	3,29%	0,64%
	Suficiência de Caixa/RCL	-0,65%	-1,74%	0,79%	4,31%	3,40%	4,83%	6,40%	9,82%	5,06%	5,68%
	Gasto de Pessoal/RCL	43,98%	46,66%	44,19%	44,14%	45,78%	44,60%	45,66%	48,41%	48,53%	47,92%
	Superavit Primário/RCL	1,60%	-0,63%	2,87%	4,33%	-0,45%	2,82%	3,43%	-1,17%	-1,45%	2,91%
Gestão	Custeio da Máquina/RCL	22,93%	22,94%	22,64%	23,03%	24,14%	22,44%	22,43%	22,58%	21,90%	22,23%
	Investimento/RCL	26,78%	9,90%	10,36%	8,78%	11,55%	10,31%	12,90%	9,21%	12,90%	11,41%
	Custo do Legislativo/RCL	4,36%	4,66%	4,35%	4,23%	4,43%	3,90%	3,15%	3,61%	3,05%	2,87%
	Custo per capita do Legislativo	R\$ 28,48	R\$ 31,36	R\$ 34,24	R\$ 37,20	R\$ 41,87	R\$ 51,56	R\$ 48,54	R\$ 58,09	R\$ 57,77	R\$ 62,52
Social	Gasto Educação/RCL	30,74%	30,76%	29,62%	28,94%	30,17%	28,97%	27,66%	29,47%	29,85%	30,09%
	Matriculas/população	17,45%	18,09%	15,06%	16,16%	17,66%	16,74%	15,70%	15,89%	15,48%	14,90%
	Professores com Nível Universitário	15,20%	18,90%	23,00%	29,86%	56,36%	57,31%	59,23%	58,87%	62,19%	69,51%
	Taxa de Abandono Escolar (Rede Municipal)	7,41%	7,13%	7,09%	7,16%	7,43%	4,30%	7,01%	3,22%	2,81%	2,47%
	Gasto Próprio em Saúde/RCL (SUS)	18,50%	17,89%	17,02%	15,08%	19,14%	16,41%	15,97%	17,18%	17,60%	16,07%
	Cobertura Vacinal	79,15%	75,56%	76,19%	73,94%	77,96%	80,69%	82,62%	84,46%	82,78%	90,05%
	Mortalidade Infantil (taxa por mil)	20,41	19,64	18,25	18,44	17,34	17,42	15,80	15,19	13,92	14,20
	Média de Consultas Médicas por ano	2,04	1,97	1,95	1,95	1,64	2,00	2,59	2,03	1,33	2,68
Quantidade de Municípios		5.156	5.012	4.285	4.164	4.938	5.232	4.994	5.231	5.202	4.936

a) O **endividamento** médio dos Municípios tem permanecido bem abaixo do limite máximo da LRF, oscilando apenas entre 3% e 8% da Receita Corrente Líquida (RCL), e em 2011 teve uma elevada queda no período analisado para 0,64%. É o menor nível de endividamento desde que a CNM realiza este trabalho.

b) Os Municípios evoluíram de uma situação de **insuficiência de caixa** em 2002 e 2003, ou seja, suficiência negativa, que significa ter mais restos a pagar do que disponibilidades de caixa, para uma situação de **sobra de caixa** entre 2004 e 2011. Isso não significa que não haja Municípios ainda no vermelho, mas em média, eles possuem uma sobra de caixa de 5,68% da RCL.

c) O **gasto de pessoal** dos Municípios apresentou uma pequena queda em 2011 em relação a 2010, atingindo em média o índice de 47,92% da RCL, uma queda 0,61 pontos percentuais em relação a 2010, mas ainda está abaixo do limite máximo permitido pela LRF, que é de 60%.

d) O **resultado primário**, diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias dos Municípios, foi positivo no conjunto das prefeituras em 2011, depois de um elevado superávit em 2005 e um déficit em 2009 e 2010. Agora em 2011 ocorre novamente um superávit orçamentário de 2,91%. É importante lembrar que só precisa fazer superávit primário o Município que tem dívida e juros a pagar, não sendo este o caso da maioria no Brasil.

e) O **custeio da máquina** administrativa teve um aumento, mas ainda continua no mesmo patamar de 2010, com 22,23% da RCL em 2011.

f) A **taxa de investimento** teve uma queda em relação a 2010, passando para o mesmo percentual de 11,41%.

g) O **custo dos Legislativos** municipais em 2011 acumulou uma queda expressiva passando de 3,05% no ano de 2010 para 2,87% agora em 2011, representando um decréscimo de 0,18 pontos.

h) Os **gastos médios com educação** tiveram uma alta neste ano em relação a 2010, passando de 29,85% para 30,09%, subindo 0,24 pontos percentuais. Esses valores estão bem acima do que a constituição determina, que é aplicar 25% de suas receitas em educação.

i) Os gastos **próprios com saúde** caíram em proporção da RCL em 2011. Em 2010, os Municípios gastaram em média 17,60%, e agora em 2011 passaram a gastar em média 16,07%.

Com base nesses indicadores, foram calculados os índices de responsabilidade. Todo índice acima de 0,500 representa uma situação melhor do que a média. Na tabela 2 verificamos a evolução dos índices dos Municípios de acordo com dois critérios diferentes:

- 1) extraíndo a média de todos os Municípios que apresentaram relatórios e dados em cada ano;
- 2) extraíndo a média daqueles que apresentaram dados em todos os anos analisados, o que representa quase 46% (2.554) dos Municípios brasileiros.

No primeiro caso, vemos que o IRFS de 2011 teve um crescimento ficando em patamares de 2008, e no segundo caso em que nos detemos na amostra mais reduzida (porém mais consistente), o IRFS ficou igual ao ano de 2002 (tabela 2).

Evolução dos índices entre 2002 e 2011 (escala de 0,000 a 1,000) de todos os municípios

Índice	Nº de Mun.	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Geral	5.563	0,510	0,475	0,485	0,486	0,501	0,497	0,507	0,490	0,479	0,503
Fiscal	5.563	0,501	0,478	0,504	0,515	0,497	0,513	0,514	0,492	0,501	0,500
Gestão	5.563	0,542	0,461	0,469	0,454	0,465	0,449	0,467	0,426	0,413	0,457
Social	5.563	0,488	0,486	0,482	0,490	0,541	0,529	0,540	0,553	0,522	0,551

A seguir mostraremos graficamente os números apresentados na tabela 2.

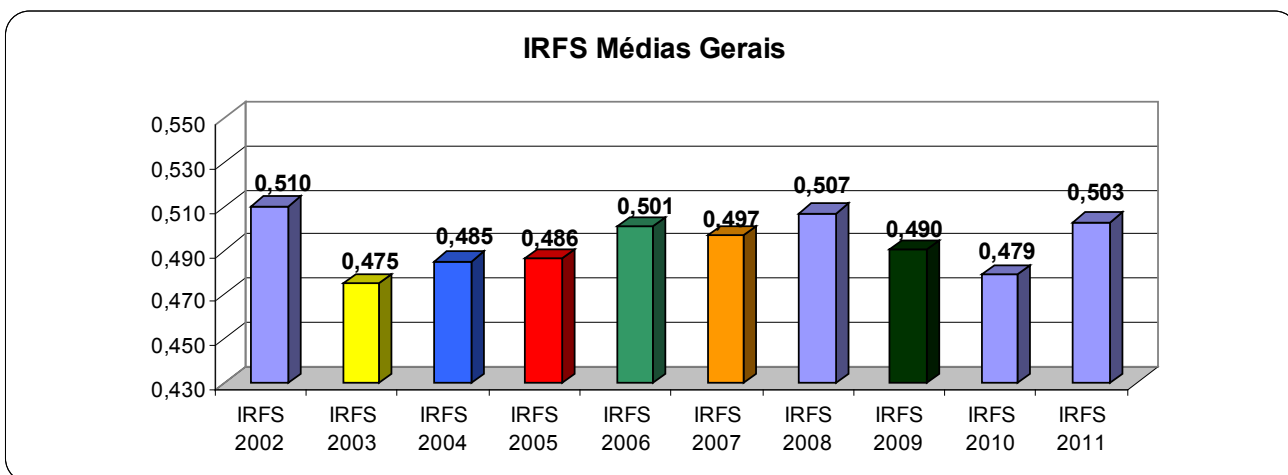


Figura 1 – Gráfico das médias do IRFS Geral, referente à amostra completa.

A vantagem da primeira amostra é que ela reúne um número maior de Municípios em cada ano para extrair uma média, mas sua composição é diferente em cada ano, o que não ocorre com a segunda, quando comparamos exatamente o mesmo grupo de Municípios todos os anos (tabela 3).

Evolução dos índices entre 2002 e 2011 (escala de 0,000 a 1,000) dos municípios da amostra

Índice	Nº de Mun.	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Geral	2.430	0,513	0,480	0,491	0,493	0,510	0,505	0,517	0,503	0,490	0,513
Fiscal	2.430	0,501	0,480	0,506	0,519	0,503	0,520	0,519	0,500	0,511	0,508
Gestão	2.430	0,546	0,467	0,478	0,462	0,474	0,464	0,484	0,446	0,428	0,470
Social	2.430	0,492	0,494	0,490	0,497	0,552	0,533	0,548	0,562	0,531	0,561

Os resultados do IRFS também podem ser analisados por vários ângulos, inclusive quanto ao desempenho individual dos Municípios. Por exemplo:

- 1) Quais os Municípios com as melhores classificações em 2011?
- 2) Quais os Municípios com as melhores médias entre 2002 e 2011?
- 3) Quais os Municípios que apresentaram os melhores avanços entre 2002 e 2011?

1. Os melhores IRFS de 2011

O Município gaúcho de São José do Hortêncio apresentou o mais alto índice geral em 2011 (0,683). A seguir temos o Município paulista de Bilac (0,644), o Município gaúcho de Toropi (0,640), o paulista Louveira (0,638) e o quinto colocado é o gaúcho Nova Prata (0,635).

Dentre os 30 primeiros Municípios colocados temos 12 gaúchos, 11 paulistas, 2 mineiros, 2 catarinenses e 3 capixabas que representaram as regiões Sul e Sudeste.

Relação dos 30 melhores classificados no IRFS - 2011

UF	Município	Índice Fiscal	Índice Gestão	Índice Social	Índice Geral	Ordem
RS	São José do Hortêncio	0,785	0,677	0,587	0,683	1
SP	Bilac	0,664	0,629	0,639	0,644	2
RS	Toropi	0,693	0,600	0,627	0,640	3
SP	Louveira	0,736	0,586	0,593	0,638	4
RS	Nova Prata	0,706	0,592	0,608	0,635	5
MG	Jeceaba	0,668	0,673	0,559	0,633	6
SP	Bom Jesus dos Perdões	0,622	0,622	0,650	0,632	7
RS	Ibiaçá	0,659	0,601	0,633	0,631	8
RS	Paráí	0,619	0,625	0,646	0,630	9
RS	Alpestre	0,708	0,576	0,599	0,628	10
RS	Tupandi	0,589	0,648	0,642	0,626	11
ES	Presidente Kennedy	0,780	0,506	0,593	0,626	12
RS	Humaitá	0,807	0,519	0,550	0,626	13
SP	Artur Nogueira	0,605	0,610	0,661	0,625	14
ES	São Gabriel da Palha	0,625	0,712	0,535	0,624	15
RS	Itatiba do Sul	0,688	0,605	0,580	0,624	16
SP	Jumirim	0,658	0,482	0,732	0,624	17
RS	Alecrim	0,711	0,626	0,533	0,623	18
SP	Nova Aliança	0,509	0,641	0,719	0,623	19
SC	São João do Oeste	0,557	0,640	0,671	0,623	20
SP	Tambaú	0,650	0,582	0,631	0,621	21
SP	Floreal	0,702	0,478	0,682	0,621	22
ES	Itapemirim	0,730	0,644	0,485	0,620	23
RS	Severiano de Almeida	0,568	0,641	0,648	0,619	24
SP	Águas da Prata	0,599	0,659	0,592	0,617	25
SC	Abdon Batista	0,595	0,559	0,695	0,616	26
SP	Orindiúva	0,603	0,567	0,675	0,615	27
MG	Nova Resende	0,606	0,619	0,616	0,614	28
SP	Dirce Reis	0,647	0,538	0,656	0,614	29
RS	Pinhal	0,671	0,556	0,614	0,613	30

No mapa abaixo estão identificados os 100 primeiros colocados no IRFS, edição 2011, onde podemos visualizar a concentração espacial nas regiões Sul e Sudeste. Entretanto, podemos perceber também a distribuição de boas administrações municipais em outras regiões do Brasil.

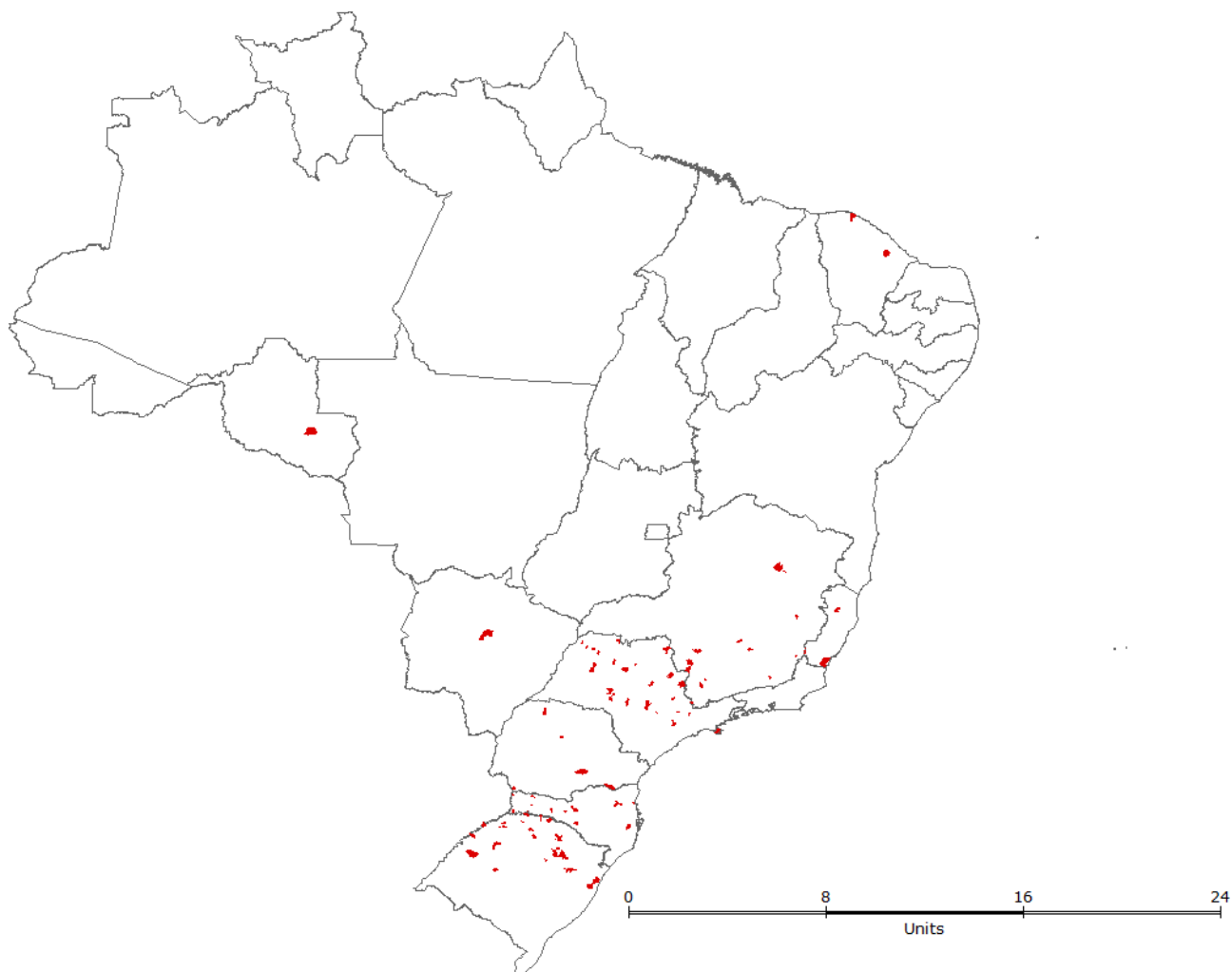


Figura 2 – Mapa com distribuição dos 100 primeiros colocados no IRFS 2010.

1.1. Os melhores IRFS Fiscal de 2011

No quesito fiscal o Município gaúcho de Humaitá aparece em 2011 com o maior índice (0,807). O segundo colocado é o São José do Hortêncio (0,785), seguido pelo Município capixaba de Presidente Kennedy (0,780), o paulista São Sebastião (0,763) e em quinto o também paulista Zacarias (0,740).

Dentre os 30 melhores classificados, 11 são gaúchos, 7 paulistas, 3 capixabas, 2 catarinenses e cariocas e 1 municípios dos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraná, Rondônia e Santa Catarina.

Relação dos 30 melhores classificados no IRFS - F 2011

UF	Município	IRFS - F	Ordem
RS	Humaitá	0,807	1
RS	São José do Hortêncio	0,785	2
ES	Presidente Kennedy	0,780	3
SP	São Sebastião	0,763	4
SP	Zacarias	0,749	5
PR	São Jorge do Patrocínio	0,739	6
SP	Louveira	0,736	7
AL	Pilar	0,732	8
ES	Itapemirim	0,730	9
RO	Theobroma	0,726	10
RS	Palmeira das Missões	0,722	11
SP	Taiacu	0,722	12
RS	Portão	0,716	13
RS	Arambaré	0,714	14
RS	Alecrim	0,711	15
RS	Alpestre	0,708	16
PE	Triunfo	0,708	17
ES	Dores do Rio Preto	0,708	18
RS	Nova Prata	0,706	19
RS	Garruchos	0,705	20
RS	Entre-Ijuís	0,704	21
SP	Floreal	0,702	22
MG	Itatiaiuçu	0,702	23
SP	São José do Rio Pardo	0,699	24
RJ	Cardoso Moreira	0,697	25
RS	Toropi	0,693	26
SP	São Roque	0,690	27
MG	São Sebastião do Oeste	0,689	28
SC	Novo Horizonte	0,689	29
RJ	Sumidouro	0,689	30

Ao analisarmos os 100 primeiros colocados, nos surpreende a grande concentração de Municípios no Rio Grande do Sul. São 43 representantes gaúchos, seguidos de 19 paulistas, 8 minei-

ros, 7 catarinenses e cariocas, e dos estados do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná e Rondônia.

No mapa a seguir podemos ver a concentração nos estados do sul e sudeste na questão fiscal.

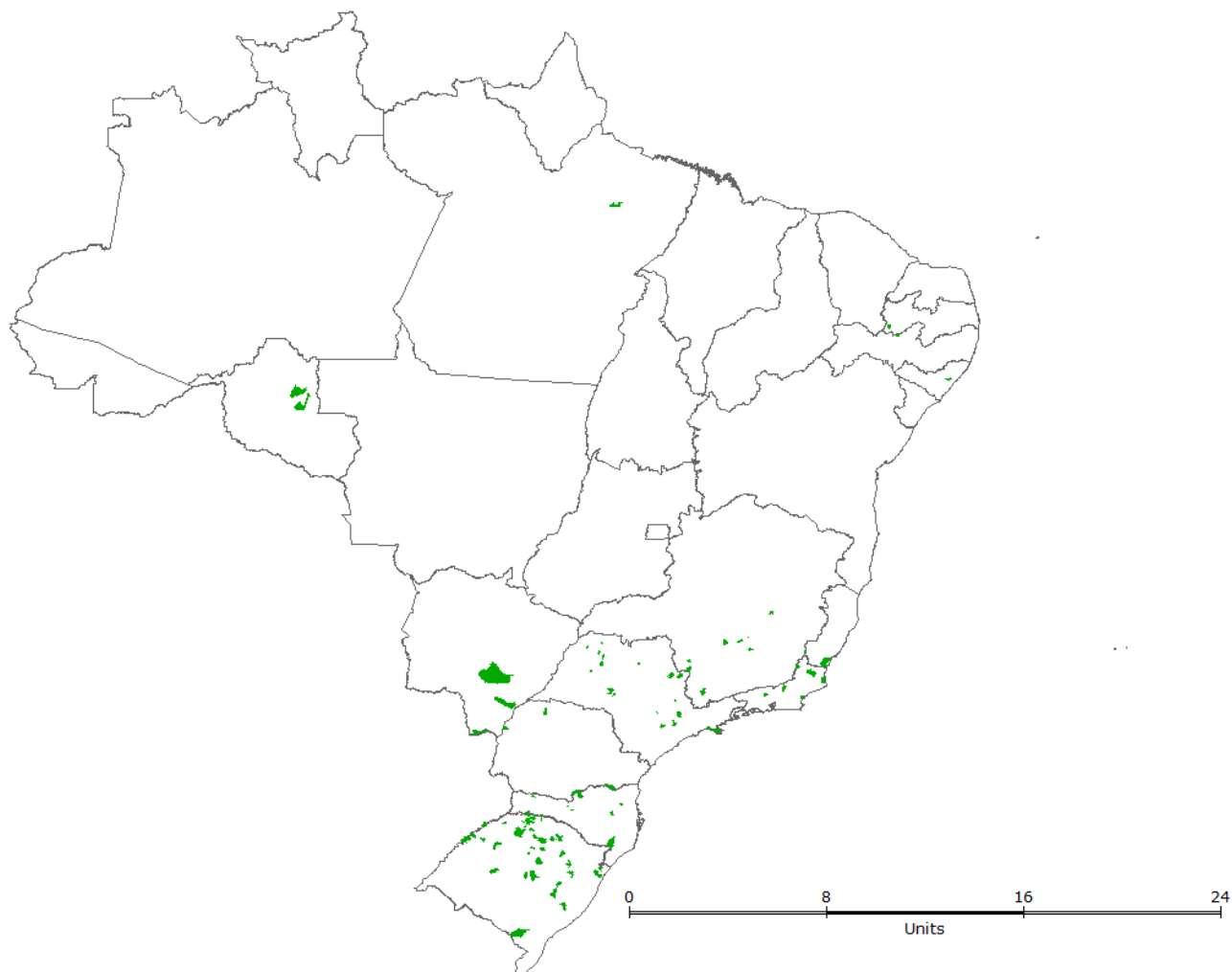


Figura 3 – Mapa com a distribuição dos 100 primeiros colocados no índice Fiscal.

1.2. Os melhores IRFS Gestão de 2011

No quesito gestão, Toledo (MG) lidera o *ranking* com índice de 0,713. Em segundo está o Município de Novo Progresso\PA (0,712), seguido por São Gabriel da Palha\ES (0,712) e o Município de Bacabal\MA (0,708). Podemos notar que no índice de gestão há uma diversidade de Municípios de estados diferentes.

No índice de gestão a composição dos 30 melhores classificados é mais heterogênea. São 12 mineiros, 4 maranhenses, 4 gaúchos, 3 paulistas, 2 catarinenses e paraenses, e três estados com 1 Município cada, são eles: Roraima, Espírito Santo e Pernambuco.

Relação dos 30 melhores classificados no IRFS - G 2011

UF	Município	IRFS - G	Ordem
MG	Toledo	0,713	1
PA	Novo Progresso	0,712	2
ES	São Gabriel da Palha	0,712	3
MA	Bacabal	0,708	4
MG	Lagoa Formosa	0,707	5
PE	Lagoa Grande	0,705	6
MG	Capitólio	0,700	7
MG	Congonhal	0,692	8
MA	Turilândia	0,690	9
RR	Rorainópolis	0,688	10
MA	Paulino Neves	0,683	11
RS	Linha Nova	0,683	12
RS	São José do Hortêncio	0,677	13
SC	São João Batista	0,677	14
MG	Turmalina	0,676	15
MG	Resende Costa	0,676	16
SC	Videira	0,675	17
MG	Lagoa Dourada	0,674	18
MG	Jeceaba	0,673	19
RS	Itacurubi	0,673	20
RS	Nova Bassano	0,670	21
MG	Sobrália	0,668	22
SP	Franca	0,666	23
PA	São Félix do Xingu	0,661	24
MA	Sítio Novo	0,661	25
SP	Águas da Prata	0,659	26
MG	Ibirité	0,654	27
SP	Ibaté	0,654	28
MG	Illicínea	0,654	29
MG	Bueno Brandão	0,652	30

No mapa abaixo vemos a distribuição dos 100 melhores classificados no IRFS Gestão e podemos notar a grande dispersão de Municípios que se destacam neste quesito pelo País.

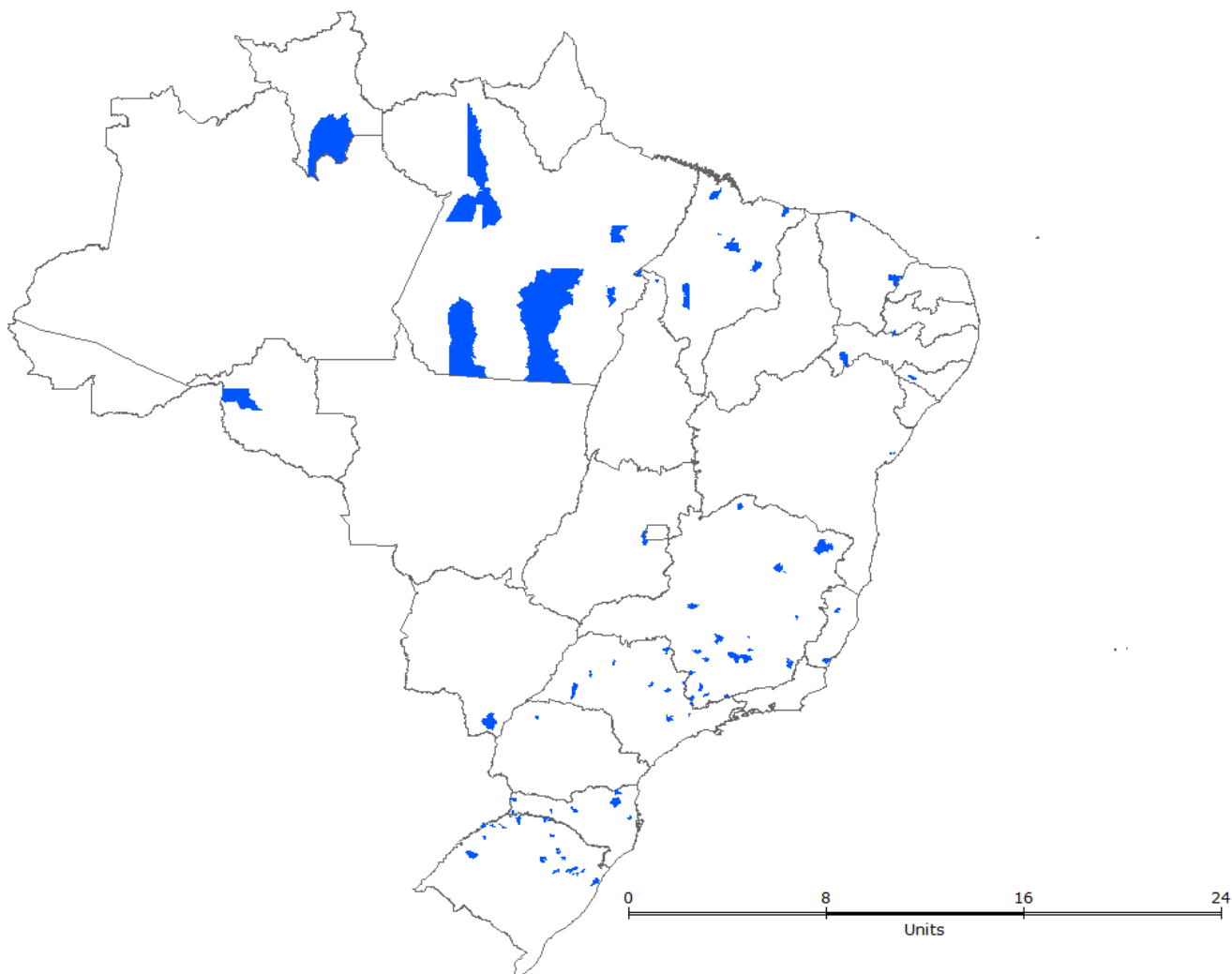


Figura 4 – Mapa com a distribuição dos 100 primeiros colocados no IRFS Gestão.

1.3. Os melhores IRFS Social de 2011

No quesito social, a liderança é do Município de Flórida\PR que obteve excelentes resultados nos indicadores sociais (0,762). Em segundo lugar está o Município de Borebi\SP (0,755), em terceiro Arapel\SP (0,750), seguido por Santo Antônio do Aracanguá\SP (0,743), e o Município de Maiipotaba\GO (0,738).

No índice Social temos 14 paulistas, 6 paranaenses, 3 mineiros, 2 goianos e 1 dos Estados do Ceará, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins.

Relação dos 30 melhores classificados no IRFS - S 2011

UF	Município	IRFS - S	Ordem
PR	Flórida	0,762	1
SP	Borebi	0,755	2
SP	Arapeí	0,750	3
SP	Santo Antônio do Aracanguá	0,743	4
GO	Mairipotaba	0,738	5
SP	Santa Branca	0,732	6
MG	Chácara	0,732	7
SP	Jumirim	0,732	8
PR	Miraselva	0,726	9
PR	Nova Aliança do Ivaí	0,724	10
MG	Comercinho	0,723	11
SP	Nova Aliança	0,719	12
CE	Itaiçaba	0,718	13
PR	Mirador	0,718	14
SP	Anhembi	0,717	15
PR	Bom Jesus do Sul	0,716	16
MG	Pedra Dourada	0,715	17
PR	Santa Cecília do Pavão	0,713	18
SP	Urupês	0,712	19
SP	Nova Independência	0,712	20
GO	Guaraíta	0,712	21
RS	Mato Castelhano	0,711	22
SP	Colômbia	0,711	23
SC	Luzerna	0,709	24
SP	Campina do Monte Alegre	0,708	25
MS	Caracol	0,708	26
SP	Novais	0,708	27
SP	Corumbataí	0,705	28
TO	Santa Tereza do Tocantins	0,705	29
SP	Pardinho	0,704	30

No mapa abaixo está demonstrada a localização dos 100 melhores classificados no índice social, onde é notável a grande concentração de Municípios paulistas neste quesito.

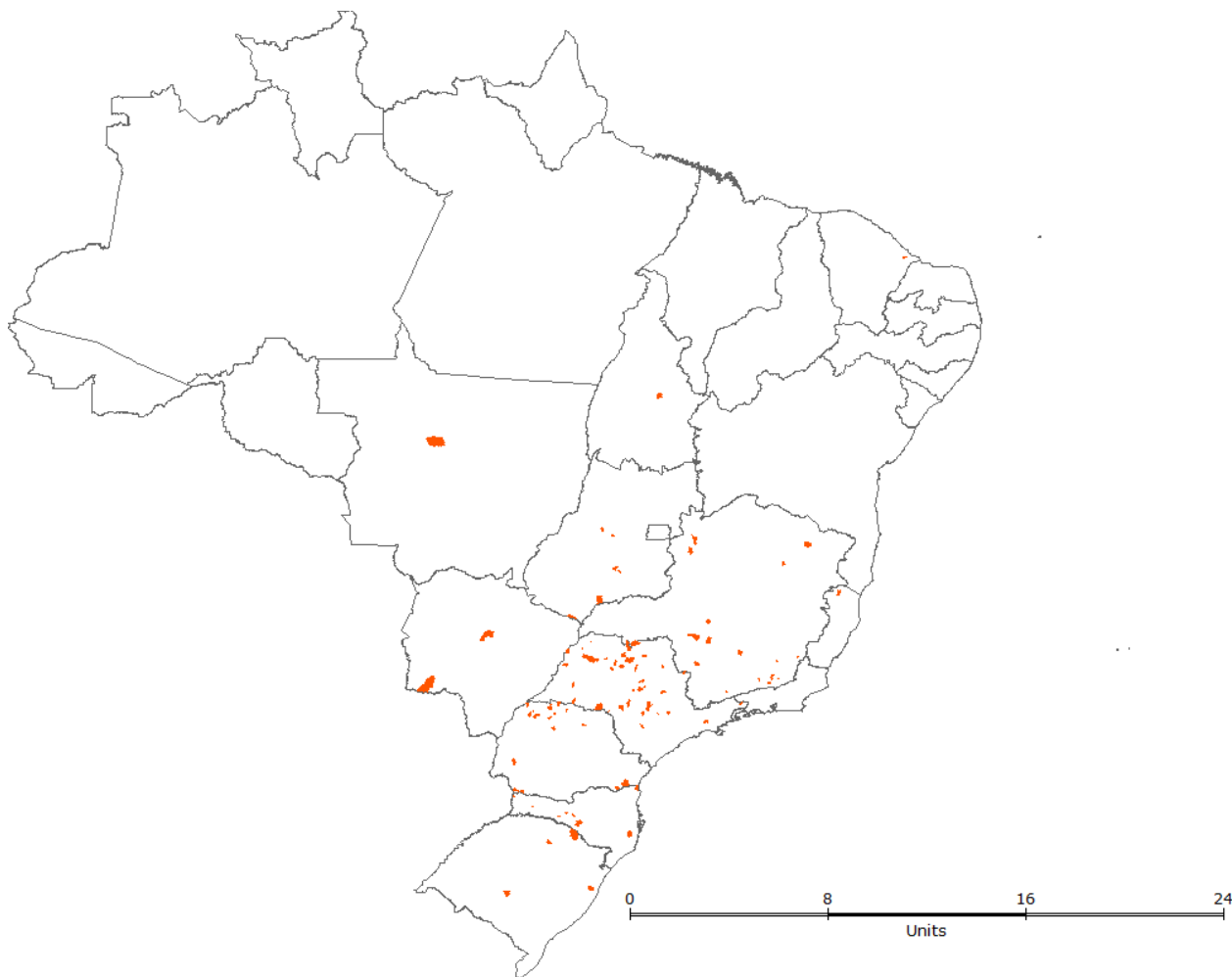


Figura 5 – Mapa com a distribuição dos 100 primeiros colocados no índice Social.

1.4. Os melhores 100 colocados no IRFS de 2011

Entre os 100 melhores classificados no índice geral, a maioria pertence ao Rio Grande do Sul (36), seguido de São Paulo (26). No quesito fiscal, a maioria é gaúcha (43). No índice de gestão a maioria é gaúcha (23). E no social, é paulista (41). Ou seja, uma boa posição no *ranking* fiscal confere aos Municípios gaúchos o melhor posicionamento geral.

Curiosamente, os Municípios com melhor índice de gestão estão espalhados em vários estados, e não somente no eixo RS–SP, como ocorre no item fiscal-social. O índice de gestão mede a taxa de investimento, de gasto com custeio e de economia com o Legislativo municipal. Os Municípios de Minas Gerais, Maranhão, Pará, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul estão entre os melhores avaliados nesses indicadores.

**Distribuição regional dos 100 melhores classificados no IRFS em
2011**

UF	Índice			
	Geral	Fiscal	Gestão	Social
AC	0	0	0	0
AL	0	1	1	0
AM	0	0	0	0
AP	0	0	0	0
BA	0	0	1	0
CE	2	0	3	1
ES	4	3	2	1
GO	0	0	2	5
MA	0	0	7	0
MG	13	8	23	17
MS	1	4	1	2
MT	0	0	0	1
PA	0	1	6	0
PB	0	1	1	0
PE	0	1	1	0
PI	0	0	0	0
PR	5	3	1	17
RJ	0	7	0	0
RN	0	0	0	0
RO	1	2	1	0
RR	0	0	1	0
RS	36	43	28	5
SC	12	7	9	9
SE	0	0	0	0
SP	26	19	10	41
TO	0	0	2	1
Brasil	100	100	100	100

2. As melhores médias entre 2002-2011

Na média de 2002-2011, os Municípios que se destacam são: Tupandi (RS) como o primeiro do *ranking*, seguido por Cerquilho (RS) e Alecrim (RS). Ou seja, mais do que se destacar em um ano em particular, esses Municípios se caracterizam por uma boa regularidade em sua *performance* e por um bom desempenho em geral em todas as áreas avaliadas pelo IRFS, o que é justamente o

objetivo de uma gestão equilibrada. Podemos notar que os 30 melhores estão localizados somente nos estados do RS, SP, SC e MT.

Na lista abaixo composta por 30 Municípios, encontramos nada menos do que 13 Municípios do Rio Grande do Sul, o que mostra não só o bom desempenho dos Municípios gaúchos, mas também sua responsabilidade em apresentar todos os anos os balanços exigidos pela LRF. Ou seja, os Municípios gaúchos são os que mais cumprem a exigência do artigo 51 da LRF, que determina a entrega dos balanços orçamentários e patrimoniais até o dia 30 de abril.

Relação dos 30 melhores IRFS com as maiores médias de 2002 a 2011

Município	UF	Índice Fiscal	Índice Gestão	Índice Social	Índice Geral	Ordem
Tupandi	RS	0,606	0,607	0,614	0,609	1
Cerquillo	SP	0,623	0,579	0,614	0,605	2
Alecrim	RS	0,665	0,572	0,538	0,592	3
Coronel Barros	RS	0,630	0,523	0,612	0,589	4
Caseiros	RS	0,680	0,559	0,522	0,587	5
Nova Prata	RS	0,653	0,558	0,535	0,582	6
São Bento do Sul	SC	0,592	0,592	0,561	0,581	7
Dois Irmãos	RS	0,590	0,611	0,543	0,581	8
Pinhal	RS	0,642	0,554	0,545	0,580	9
Arroio do Padre	RS	0,584	0,563	0,593	0,580	10
Artur Nogueira	SP	0,540	0,596	0,601	0,579	11
Sapiranga	RS	0,594	0,602	0,541	0,579	12
Bady Bassitt	SP	0,606	0,519	0,611	0,579	13
Jumirim	SP	0,623	0,483	0,629	0,578	14
Boa Vista do Sul	RS	0,620	0,536	0,576	0,578	15
Novo Horizonte	SC	0,656	0,508	0,568	0,577	16
Vieira	SC	0,596	0,577	0,559	0,577	17
Alpestre	RS	0,662	0,539	0,530	0,577	18
Três Coroas	RS	0,583	0,618	0,529	0,577	19
Tarumã	SP	0,587	0,508	0,634	0,576	20
São Roque	SP	0,658	0,503	0,568	0,576	21
Timbó	SC	0,586	0,585	0,554	0,575	22
Louveira	SP	0,630	0,530	0,563	0,575	23
Pareci Novo	RS	0,593	0,545	0,585	0,575	24
Lucas do Rio Verde	MT	0,573	0,565	0,585	0,574	25
São Pedro de Alcântara	SC	0,558	0,567	0,595	0,573	26
São José do Inhacorá	RS	0,619	0,533	0,568	0,573	27
Valentim Gentil	SP	0,594	0,572	0,554	0,573	28
Veranópolis	RS	0,601	0,593	0,525	0,573	29
São João do Oeste	SC	0,549	0,587	0,583	0,573	30

3. Comparativo da evolução do IRFS entre as capitais

Se compararmos as capitais dos estados, podemos notar que Vitória\ES se destaca no crescimento de seu índice no período – de 0,476 em 2002 para 0,544 em 2011 – um aumento de 14,5%. A outra capital com um crescimento expressivo foi Boa Vista\RR com aumento de 13,0%, seguida por Rio Branco\AC com aumento de 11,1%. O pior desempenho foi de Salvador\BA que decresceu 8,9% do seu índice no período.

As capitais com os maiores IRFS em 2011 são: Vitória\ES que obteve 0,544, seguida de Campo Grande\MS com 0,544 e Rio Branco\AC com 0,523. Dentre as 25 capitais avaliadas com o IRFS em 2011, 18 ficaram com índice abaixo de 0,500 sendo Maceió\AL a que obteve o pior desempenho com 0,410.

Relação das Capitais - Índice Geral 2002 e 2011

UF	Capitais	IRFS 2002	IRFS 2011	Crescimento	Ordem
ES	Vitória/ES	0,475	0,544	15%	1
MS	Campo Grande/MS	0,505	0,544	8%	4
AC	Rio Branco/AC	0,471	0,523	11%	3
RO	Porto Velho/RO	0,478	0,509	6%	5
RR	Boa Vista/RR	0,450	0,508	13%	2
MG	Belo Horizonte/MG	0,480	0,508	6%	6
PB	João Pessoa/PB	0,503	0,503	0%	14
PI	Teresina/PI	0,490	0,499	2%	12
SC	Florianópolis/SC	0,480	0,498	4%	7
MA	São Luís/MA	0,476	0,493	4%	8
AM	Manaus/AM	0,506	0,493	-3%	17
SP	São Paulo/SP	0,475	0,490	3%	9
PA	Belém/PA	0,491	0,489	0%	16
RJ	Rio de Janeiro/RJ	0,477	0,488	2%	11
PR	Curitiba/PR	0,499	0,485	-3%	19
RS	Porto Alegre/RS	0,471	0,484	3%	10
CE	Fortaleza/CE	0,481	0,481	0%	13
MT	Cuiabá/MT	0,467	0,466	0%	15
PE	Recife/PE	0,471	0,456	-3%	20
GO	Goiânia/GO	0,466	0,453	-3%	18
AP	Macapá/AP	0,484	0,448	-7%	23
SE	Aracaju/SE	0,459	0,444	-3%	21
BA	Salvador/BA	0,470	0,428	-9%	25
RN	Natal/RN	0,467	0,426	-9%	24
AL	Maceió/AL	0,439	0,410	-7%	22
TO	*Palmas/TO	0,514	0,000	-	26

* Palmas/TO não está na amostra de 2011

3.1. Comparativo entre as regiões

A melhor média geral está localizada nos Municípios da Região Sul (0,526) assim como índice Fiscal (0,530). No índice Social a Região Sudeste (0,580) e no índice de Gestão (0,480) também.

Comparativo do IRFS de 2011 por região geográfica

Região	Fiscal	Gestão	Social	IRFS 2011
Norte	0,492	0,466	0,503	0,487
Nordeste	0,468	0,435	0,508	0,470
Sul	0,530	0,465	0,584	0,526
Sudeste	0,508	0,480	0,580	0,523
Centro Oeste	0,513	0,427	0,550	0,497
Brasil	0,502	0,454	0,545	0,501

3.2. Médias por Estado da Federação

Nesta edição de 2011, o estado em que os Municípios obtiveram a melhor média geral foi Santa Catarina (0,544), seguido do Espírito Santo (0,543), Rio Grande do Sul (0,542) e Rondônia (0,532).

Médias por estado IRFS 2011

UF	Fiscal	Gestão	Social	IRFS 2011
SC	0,525	0,514	0,593	0,544
ES	0,538	0,500	0,592	0,543
RS	0,545	0,516	0,564	0,542
RO	0,534	0,532	0,531	0,532
SP	0,513	0,469	0,610	0,531
MG	0,498	0,491	0,563	0,517
MS	0,529	0,450	0,559	0,513
MT	0,528	0,437	0,544	0,503
CE	0,477	0,474	0,554	0,501
AM	0,511	0,496	0,479	0,496
PR	0,516	0,364	0,602	0,494
RJ	0,528	0,440	0,513	0,494
TO	0,501	0,433	0,542	0,492
AC	0,486	0,495	0,480	0,487
GO	0,498	0,412	0,550	0,487
PI	0,486	0,443	0,516	0,482
PB	0,464	0,449	0,516	0,476
RN	0,464	0,432	0,525	0,474
AP	0,467	0,506	0,442	0,472
AL	0,484	0,425	0,486	0,465
PE	0,450	0,444	0,498	0,464
BA	0,470	0,442	0,478	0,463
PA	0,460	0,444	0,468	0,457
SE	0,443	0,414	0,511	0,456
MA	0,461	0,366	0,507	0,445
RR	0,409	0,471	0,455	0,445

3.3. Os maiores avanços no ranking entre 2002-2011

É válido destacar os Municípios que apresentaram os maiores avanços no *ranking* do IRFS entre 2002 e 2011. A prefeitura de Itapemirim (ES) passou de um índice de 0,399 em 2002 para 0,620 em 2011, obtendo um crescimento de 55,5%. Em seguida aparece o Município de Caracará (RR) com um aumento de 44,8%, e Pedro Osório (RS) que cresceu 36,7% no período.

Tabela 13 - Maiores avanços no IRFS de 2002 a 2011

Município	IRFS 2002	IRFS 2011	Crescimento
Itapemirim/ES	0,399	0,620	55,5%
Caracaraí/RR	0,348	0,504	44,8%
Pedro Osório/RS	0,410	0,560	36,7%
Herval/RS	0,428	0,575	34,3%
Jeceaba/MG	0,473	0,633	34,0%
Brasilândia/MS	0,442	0,587	32,9%
Pedro Canário/ES	0,405	0,532	31,3%
Presidente Kennedy/ES	0,479	0,626	30,8%
Guimarânia/MG	0,443	0,580	30,8%
São Gonçalo do Amarante/CE	0,424	0,546	28,7%
Mossâmedes/GO	0,386	0,494	27,9%
Guaraíta/GO	0,402	0,513	27,5%
Alegre/ES	0,428	0,546	27,5%
Claraval/MG	0,423	0,540	27,5%
Neves Paulista/SP	0,454	0,578	27,3%
Rochedo/MS	0,480	0,611	27,1%
Ilicínea/MG	0,468	0,594	26,9%
Monte Mor/SP	0,416	0,528	26,8%
Carmo do Cajuru/MG	0,454	0,575	26,5%
Rio Grande da Serra/SP	0,412	0,521	26,5%
Ibiaçá/RS	0,499	0,631	26,4%
Pantano Grande/RS	0,429	0,542	26,4%
Rio do Sul/SC	0,450	0,568	26,0%
Fazenda Nova/GO	0,422	0,530	25,5%
Nonoai/RS	0,463	0,580	25,4%
Bom Repouso/MG	0,471	0,591	25,4%
Mantenópolis/ES	0,428	0,536	25,2%
Muzambinho/MG	0,483	0,605	25,2%
Louveira/SP	0,512	0,638	24,7%
Boa Esperança/ES	0,466	0,580	24,6%

Conclusões gerais:

O IRFS aponta que os Municípios em 2011 se recuperaram da queda obtida em 2010. Das três áreas avaliadas, a gestão e a social aumentaram, porém a dimensão fiscal ficou no mesmo patamar de 0,501 em 2010 para 0,500 agora em 2011. Vale ressaltar que em 2011, terceiro ano de mandato dos prefeitos, a recuperação da crise econômica mundial foi mais rápida, consequentemente, as transferências federais para os Municípios também tiveram uma boa recuperação.

No conjunto, os Municípios têm melhorado a arrecadação própria ao longo dos anos, fator que contribui para a melhora da administração dos recursos municipais e a melhora da provisão de serviços.

Contudo, mesmo com esse aperfeiçoamento, o desempenho pior do índice gestão em 2011 quando comparado a 2002, já aponta qual será o grande desafio dos Municípios: ampliar a capacidade de investimento até para superar o pico de 2002 e restabelecer o papel dos Municípios no investimento em infra-estrutura.

O esforço de vencer esse desafio será tanto maior quanto maiores forem as necessidades de contratação de pessoal para atender às crescentes responsabilidades nas áreas sociais, o que reduz o espaço fiscal em conjunto com as restrições de financiamento.

Nesse sentido, os Municípios devem aumentar a eficiência municipal. Por isso, a CNM desenvolveu o índice de Responsabilidade Fiscal e Social para contribuir com esse objetivo.

GLOSSÁRIO

O que é o IRFS?

A Confederação Nacional de Municípios criou o IRFS para compreender e estimular a melhoria das gestões municipais. Ele reflete, anualmente, o desempenho dos Municípios sob as óticas fiscal, social e de gestão.

Oferecendo à sociedade um parâmetro simples e ao mesmo tempo amplo de avaliação das administrações municipais, que não se restringe aos controles da Lei de Responsabilidade Fiscal, pois abrange medidas de eficiência interna e de responsabilidade social.

Além dos indicadores fiscais, são comparados dados como o custeio da máquina, o esforço de investimento, o superávit primário e a *performance* nas áreas da saúde e educação.

Como é composto?

O IRFS é dividido em três subíndices (fiscal, social e de gestão), compostos por 16 índices específicos, calculados a partir de indicadores construídos com informações das prefeituras à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a outros órgãos oficiais, como Datasus e Inep.

IRFS: Média do **Índice Fiscal** + **Índice de Gestão** + **Índice Social**

Índice fiscal = Médias (endividamento + suficiência de caixa + gasto com pessoal LRF ajustado + superávit primário)

Índice gestão = Médias (custeio da máquina + gasto com Legislativo + grau de investimento)

Índice social = Média de **Subíndice educação** + **Subíndice saúde**

Subíndice educação = Média de gasto com educação + matrículas da rede municipal + taxa de abandono da rede municipal + porcentagem de professores da rede municipal com curso superior

Subíndice saúde = Média de gasto com saúde líquido + taxa de mortalidade infantil + Cobertura vacinal + média de consultas médicas

Como é calculado?

Os índices refletem uma relação entre duas variáveis: o indicador dividido pela receita corrente líquida.

Como exemplos temos: gastos com pessoal, endividamento, suficiência de caixa, superávit primário, taxa de investimento, despesas de custeio, gastos com o legislativo municipal. Saúde e educação são mensurados como proporção da receita corrente líquida dos respectivos Municípios

ou, em alguns casos, divididos pela população. Todos os indicadores fiscais foram calculados como prevê a LRF e as normas da STN.

Como o indicador é convertido em índice?

Como cada indicador reflete uma informação diferente, foi preciso adotar um critério de conversão para uma base comum que permitisse a comparação entre todos. Isso foi feito por meio de uma operação matemática que converte o indicador original em um índice entre 0 e 1. O índice 0,500 é sempre atribuído a uma média dos indicadores.

NOTA TÉCNICA

Para o cálculo do IRFS do ano de 2011 realizamos uma modificação na metodologia, pois a execução orçamentária dos Municípios nesse ano mostrou que houve um expressivo aumento das transferências de Capital de Convênios, sobretudo dos celebrados com a União. Em virtude disso, vários Municípios acabaram o ano de 2011 com uma receita extraordinária sem a devida despesa executada.

Para corrigir tal fato, somamos à Receita Corrente Líquida os valores das Transferências de Capital de Convênios e utilizamos esta nova receita para dividir alguns dos indicadores. Com isso, corrigimos essa distorção no cálculo dos indicadores. Tal medida não foi necessária nos anos anteriores devido à magnitude ser bem menor do que o efetivo em 2011.

Também corrigimos a média para cálculo dos índices nos indicadores de número de professores com nível universitário, que obteve um aumento significativo a partir de 2006.

Exclusões da base de dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Para o cálculo do IRFS de 2011, excluimos 16 Municípios que apresentaram seus balanços e constavam na base de dados Finbra, mas que continham inconsistências relevantes não permitindo o cálculo do índice. Entre estas incorreções, podemos salientar as principais, que foram: gasto com pessoal zerado, gastos na função saúde e educação zeradas e transferências de capital muito elevadas sem as devidas inscrições na despesa ou no passivo.

Adotamos uma regra sobre as Receitas de Capital, quando a receita era maior do que 50% da Receita Corrente Líquida, optamos por desconsiderá-la nos cálculos dos indicadores.